



26 DE FEVEREIRO DE 2019

Terça-feira

- CAFÉ DA MANHÃ COM PALESTRA: "NOVO REFIS DO PARANÁ E OUTROS TEMAS TRIBUTÁRIOS"
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA ALCANÇA MAIOR NÍVEL DESDE AGOSTO, APONTA FGV
- CONFIANÇA DO INDÚSTRIA SOBE 0,8 PONTO EM FEVEREIRO ANTE JANEIRO, APONTA FGV
- COMO A MELHORIA DAS AÇÕES ANTIDUMPING PODE AJUDAR NA PRODUTIVIDADE DO PAÍS
- EMPRESÁRIO DO SETOR ELETROELETRÔNICO INICIA 2019 MAIS CONFIANTE
- INVESTIMENTO ESTRANGEIRO RECUA 30%
- AUMENTA NÚMERO DE EMPRESAS COM CONTAS EM ATRASO NO PAÍS
- UNIÃO DE SINDICATOS É TENDÊNCIA GLOBAL
- ENTIDADES TÊM DE SE 'REPENSAR', AVALIA DIEESE
- CARNAVAL NÃO É FERIADO EM GRANDE PARTE DO PAÍS; TIRE DÚVIDAS
- BRASIL TEM DUPLO DESAFIO PARA AVANÇAR EM MEIO AO PROTECIONISMO NO MUNDO
- REFORMA EXIGIRÁ MAIS PLANEJAMENTO PARA COMPLEMENTAR A APOSENTADORIA
- PARA ECONOMISTA, É ESPANTOSA A MÁ-FÉ COM O TEMA PREVIDENCIÁRIO
- 'SEM REFORMA DA PREVIDÊNCIA, PAÍS CAI DE CARA NA RECESSÃO EM 2020', DIZ SACHSIDA
- NÃO ADIANTA APROVAR UMA REFORMA QUE NÃO ECONOMIZE NADA, DIZ SKAF
- BOLSONARO PERCEBERÁ QUE DIÁLOGO COM CONGRESSO FAZ PARTE DA DEMOCRACIA, DIZ SKAF
- IPC-S DESACELERA EM 6 DAS 7 CAPITALS AVALIADAS NA 3ª QUADRISSEMANA DE FEVEREIRO

- CRÉDITO CORPORATIVO DO BTG PACTUAL AVANÇA 13,8% NO TRIMESTRE
- NA CONTRAMÃO DE NOVA YORK, BOLSA CAI 0,66%
- ECONOMIA AFETOU CONFIANÇA DO CONSUMIDOR, DIZ FGV
- CONFIANÇA DO COMÉRCIO CAI 3,8 PONTOS EM FEVEREIRO ANTE JANEIRO, DIZ FGV
- IFI: REFORMA É DE EXTREMA NECESSIDADE PARA SUPERAÇÃO DA ARMADILHA DA DESIGUALDADE
- ENERGIA DE ITAIPU VAI FICAR MAIS BARATA, DIZ NOVO DIRETOR-GERAL
- EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO TEM ALTA NO MÊS APESAR DE PARALISAÇÃO DAS MINAS DA VALE
- PETROBRAS MANTÉM PREÇOS DA GASOLINA E DO DIESEL NAS REFINARIAS NESTA QUARTA
- GRUPO TRATON ELEVA RECEITAS E LUCRO OPERACIONAL 2018
- GRUPO VW TEM CRESCIMENTO LEVE DO LUCRO E DO FATURAMENTO
- PRODUÇÃO BRASILEIRA DE AÇO BRUTO TEM ALTA DE 2,3% EM JANEIRO

CÂMBIO		
EM 26/02/2019		
	Compra	Venda
Dólar	3,762	3,763
Euro	4,273	4,275

Fonte: BACEN

CAFÉ DA MANHÃ COM PALESTRA: "NOVO REFIS DO PARANÁ E OUTROS TEMAS TRIBUTÁRIOS"

26/02/2019 – Fonte: SINDIMETAL/PR



CONVITE

CAFÉ DA MANHÃ
COM PALESTRA

SINDIMETAL/PR convida para a palestra:

**“Novo Refis do Paraná
e Outros Temas Tributários”**
com Leonardo Sperb de Paola

PALESTRANTE

Vice-presidente e coordenador
do Conselho de Tributação
da Associação Comercial do
Paraná; advogado integrante
de De Paola & Panasolo -
Sociedade de Advogados e
doutor em Direito.



14 de Março de 2019
QUINTA-FEIRA | 08h30
SINDIMETAL/PR | Rua Ângelo Greca, 70
Atuba- Curitiba/PR

Público Alvo: associados, filiados e profissionais de contabilidade
que atendem as empresas do SINDIMETAL/PR.

A confirmação da presença é indispensável. Entre em contato conosco até o dia 11 de março, através do telefone (41) 3218-3935, com a Dra. Eliziane Maciel, ou pelo e-mail: assistente.juridico@sindimetal.com.br e confirme a sua participação.



Confiança da indústria alcança maior nível desde agosto, aponta FGV

26/02/2019 – Fonte: G1

Índice de fevereiro aumentou em 12 dos 19 segmentos industriais pesquisados.



A confiança da indústria registrou em fevereiro o maior nível desde agosto de 2018, apontou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta terça-feira (26). O Índice de Confiança da Indústria (ICI) subiu 0,8 ponto, para 99 pontos.

A confiança aumentou em 12 dos 19 segmentos industriais pesquisados. O Índice da Situação Atual (ISA) avançou 1,8 ponto, para 98,8 pontos, na quarta alta consecutiva. Já o Índice de Expectativas (IE) teve queda de 0,3 ponto, para 99,2 pontos.

O indicador que mede o nível dos estoques das empresas subiu 4,7 pontos, para 101,5 pontos, exercendo a maior influência para o avanço do ISA em fevereiro. A parcela das empresas que o avaliam como excessivo os estoques caíram de 11,3% para 9,9% e a proporção das que estão com estoques insuficientes subiu de 3,8% para 4,5% do total.

O indicador que mede a expectativa dos empresários em relação à evolução da situação dos negócios nos seis meses seguintes exerceu a maior influência para a queda do IE no mês ao recuar 2,4 pontos. Ainda assim, com 104,3 pontos, continua sendo o indicador com maior pontuação entre os seis quesitos integrantes do ICI.

Entre janeiro e fevereiro, a parcela de empresas que preveem melhora nos negócios recuou de 50,8% para 47,6%, enquanto a das que projetam piora subiu de 6,5% para 6,8% do total.

No sentido contrário, o indicador que mede as expectativas para a produção nos três meses avançou pela segunda vez seguida. Após acumular seis quedas entre julho e dezembro de 2018. Ao avançar 2,2 pontos, alcançou para 97 pontos, melhor resultado desde setembro de 2018.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) do setor subiu 0,4 ponto percentual em fevereiro, para 74,7%, a primeira alta desde setembro de 2018.

“Com a segunda alta no ano, a confiança industrial se aproxima dos 100 pontos, que refletem uma situação de normalidade, e sugere que o setor começa a se afastar do fraco segundo semestre de 2018. A alta de fevereiro foi determinada pela melhora das condições correntes, que veio acompanhada de acomodação das expectativas.

Um destaque do mês foi a normalização dos estoques, o que facilitará o caminho para a retomada da produção industrial nos próximos meses. Mas há que se considerar também a preocupação do setor com a evolução da demanda externa, principalmente nos segmentos de duráveis e de bens de capital”, diz a FGV no relatório.

A pesquisa coletou informações de 1.056 empresas entre os dias 2 e 22 de fevereiro.

Confiança do Indústria sobe 0,8 ponto em fevereiro ante janeiro, aponta FGV

26/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

A confiança do setor industrial brasileiro avançou em fevereiro na comparação com janeiro, revela o Índice de Confiança da Indústria (ICI) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Houve alta de 0,8 ponto do indicador no período, atingindo 99,0 pontos, representando a terceira elevação consecutiva, após expansão de 2,6 pontos em janeiro e 0,2 ponto em dezembro.

“Com a segunda alta no ano, a confiança industrial se aproxima dos 100 pontos, que refletem uma situação de normalidade, e sugere que o setor começa a se afastar do fraco segundo semestre de 2018”, apontam pesquisadores da FGV em nota.

“A alta de fevereiro foi determinada pela melhora das condições correntes, que veio acompanhada de acomodação das expectativas. Um destaque do mês foi a normalização dos estoques, o que facilitará o caminho para a retomada da produção industrial nos próximos meses. Mas há que se considerar também a preocupação do setor com a evolução da demanda externa, principalmente nos segmentos de duráveis e de bens de capital”, complementam.

Dos 19 segmentos pesquisados, 12 registraram melhora na confiança. O Índice da Situação Atual (ISA) apresentou alta de 1,8 ponto, para 98,8 pontos, na quarta alta consecutiva. Já o Índice de Expectativas (IE) sofreu queda de 0,3 ponto, para 99,2 pontos.

A parcela de empresas com estoques em excesso recuou de 11,3% para 9,9%, enquanto aquelas com estoques insuficientes atingiram 4,5%, de 3,8% anteriormente. O indicador que mede o nível dos estoques subiu 4,7 pontos, aos 101,5 pontos, representando a maior influência para o avanço do ISA em fevereiro.

Em relação às perspectivas para os próximos seis meses, este foi o componente de maior influência para o recuo no IE, relatou o Ibre/FGV. O índice de expectativas para a situação dos negócios nos próximos seis meses recuou 2,4 pontos, ficando em 104,3 pontos. "Entre janeiro e fevereiro, a parcela de empresas que preveem melhora nos negócios recuou de 50,8% para 47,6%, enquanto a das que projetam piora subiu de 6,5% para 6,8% do total", aponta nota.

Já a avaliação em relação à produção nos próximos três meses registrou avanço pelo segundo mês consecutivo, com expansão de 2,2 pontos, aos 97,0 pontos, no melhor nível desde setembro de 2018.

A ocupação das linhas de produção, aferida pelo indicador de Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci), avançou 0,4 ponto porcentual, marcando 74,7%, no primeiro movimento de elevação desde setembro de 2018.

Como a melhoria das ações antidumping pode ajudar na produtividade do país

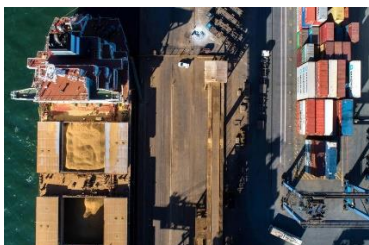
26/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Brasil fez 11,9% das medidas antidumping, mas respondeu por 0,87% do valor das importações

O Brasil é um usuário assíduo de mecanismos de defesa comercial, em especial medidas antidumping. Já em 2007, o país era o 8º maior usuário de antidumping dentre os mais de 150 países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), respondendo por 5,6% de todas as medidas em vigor.

O uso dessas medidas pelo Brasil se intensificou na última década. Em 2017, o país foi o 3º maior usuário mundial em números absolutos com 171 medidas antidumping vigentes, apesar de ser apenas o 29º país que mais importou no período. Em outras palavras: o Brasil foi responsável por 11,9% das medidas antidumping, mas respondeu por apenas 0,87% do valor das importações mundiais.

As medidas antidumping são um mecanismo válido dentro dos ordenamentos jurídicos nacional e internacional, e são importantes em disputas comerciais entre países. Mas elas implicam necessariamente em aumento de preços de produtos de origens afetadas e podem gerar aumento de poder de mercado e reduzir pressão competitiva na indústria nacional. Esses efeitos são potencializados quando o bem afetado pela medida antidumping é insumo produtivo de outros setores.



Dados recentes coletados e analisados pelo Banco Mundial mostram que em 2017, mais de 50% do estoque de medidas antidumping em vigor afetava bens intermediários.

Nesses casos, além do aumento de preço aos consumidores finais e potencial redução da produtividade das empresas da indústria afetada, toda a cadeia produtiva e, conseqüentemente, a competitividade sistêmica do país pode ser prejudicadas.

Evidência empírica recente apresentada por Sergio Kannebley, Rodrigo Remédio e Glauco Oliveira —a partir de uma análise de um painel de firmas da indústria manufatureira brasileira no período 2003-2013 —indica que empresas que operam em setores beneficiados por medidas antidumping experimentam, em média, tanto aumento de markup (1.5%) quanto queda de produtividade (em torno de 8.5%) após a aplicação das medidas de proteção.

O governo, portanto, tem que alcançar um difícil equilíbrio entre evitar que a aplicação de medidas antidumping prejudique a concorrência, a produtividade e a competitividade da economia brasileira, e assegurar que essas medidas possam ser usadas de maneira racional como regras de defesa comercial internacionalmente estabelecidas.

Entre 2012 e 2017, o Brasil deu vários passos concretos (nem sempre na mesma direção, é preciso dizer) na tentativa de racionalizar o uso de medidas antidumping.

Em especial, foram editadas normas para regulamentar a utilização do princípio de interesse público em análise antidumping com o intuito de aferir e considerar os efeitos totais da adoção dessas medidas para o país. Isso implica fazer uma comparação entre os potenciais efeitos positivos (usualmente sobre os produtores locais) e os negativos (sobre o restante da economia). Entretanto, na prática, essas regras não foram capazes de entregar os resultados esperados.

O arcabouço criado não definiu interesse público de forma suficientemente objetiva, não estabeleceu metodologias claras para sua análise, não alocou recursos humanos necessários à análise desses pleitos e não exigiu dos peticionários das investigações antidumping a prestação de quaisquer informações a respeito dos custos associados a aplicação dessas medidas, reduzindo ainda mais a capacidade de análise.

Não obstante todas as restrições conceituais, metodológicas, informacionais e de recursos humanos, o sistema também falhou ao não estabelecer critérios mínimos para um devido processo legal administrativo para a análise de interesse público, permitindo uma multiplicidade de procedimentos administrativos e intervenções pouco transparentes por parte do governo. Apesar das tentativas recentes de se aplicar o interesse público de forma sistemática, essas limitações institucionais geraram significativa discricionariedade e incerteza jurídica.

Nesse contexto, análise recente do Banco Mundial mostra que o atual arcabouço brasileiro responsável pela investigação e aplicação de medidas antidumping poderia se inspirar em várias soluções institucionais já adotadas por outras jurisdições que fazem uso do mecanismo de interesse público, como União Europeia, Canadá e Nova Zelândia.

Destacamos três alterações do sistema brasileiro que seriam capazes de alinhá-lo às melhores práticas internacionais no uso do interesse público: (i) eliminar a multiplicidade de procedimentos disponíveis para análise de interesse público, adotando procedimento único independentemente se a iniciativa parte do governo ou do setor privado, datado de devido processo legal administrativo; (ii) aproveitar recursos humanos e capacidade técnica dedicados à investigação antidumping para a realização de análises de interesse público; e (iii) definir conceito claro e objetivo de interesse público, adstrito a critérios técnico-econômicos.

Ao mesmo tempo, o Brasil também tem a oportunidade de trazer inovações ao modelo internacional, por exemplo requerer dos petionários de investigação antidumping informações a respeito dos custos associados à implementação das medidas que pleiteiam.

Regras como essa seriam capazes de, ao mesmo tempo, aumentar o nível e a qualidade das informações disponíveis para análise, dividir com o setor privado a responsabilidade de identificar os custos que uma medida antidumping pleiteada por uma indústria nacional teria sobre a economia do país e, por fim, reduzir incentivos à proliferação de pedidos espúrios de investigação.

O Brasil tem diante de si a oportunidade de racionalizar o procedimento de interesse público, de forma a minimizar eventuais efeitos anticompetitivos das medidas antidumping, sem enfraquecer os mecanismos de defesa comercial existentes. Inovar a partir da experiência internacional pode ser uma primeira maneira de avançar nesse processo.

A coluna foi escrita em colaboração com Mariana Iooty, economista sênior, e Guilherme Falco, economista do Banco Mundial.

Rafael Muñoz - Coordenador da área econômica do Banco Mundial para o Brasil, já trabalhou para a instituição na Ásia e na África.

Empresário do setor eletroeletrônico inicia 2019 mais confiante

26/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 25-02-2019)

Pesquisa mais recente de sentimento feita com empresários da indústria do setor elétrico e eletrônico pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e compilada pela Abinee, entidade que congrega as empresas do segmento, mostrou em fevereiro os executivos ainda confiantes na economia brasileira, mas levemente menos otimistas que no ano passado. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) no mês passado atingiu 63,6 pontos, abaixo dos 65,1 pontos registrados em janeiro.

Embora o resultado tenha sido inferior ao registrado em janeiro, o ICEI permaneceu acima do observado em igual período do ano passado (60,7 pontos), indicando que o empresário industrial do setor eletroeletrônico iniciou o ano de 2019 mais confiante do que estava no começo de 2018.

Para o presidente da Abinee, Humberto Barbato, o resultado do ICEI em fevereiro em relação a janeiro é um indicativo de que se medidas que concorram para o destravamento da economia não forem tomadas rapidamente a confiança do empresário tende a ir diminuindo mês a mês.

“Apesar desse otimismo inicial, precisamos que medidas importantes para destravar a economia sejam tomadas rapidamente. Do contrário, veremos mês a mês esse índice arrefecer”, avalia Barbato.

O ICEI do Setor Eletroeletrônico atingiu 63,6 pontos no mês de fevereiro e na área elétrica, 63,7 pontos.

Desta forma, o ICEI do setor permaneceu acima da linha dos 50 pontos pelo sétimo mês consecutivo. O Índice varia de 0 a 100 pontos, sendo que valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário industrial e abaixo de 50 pontos mostram falta de confiança.

Investimento estrangeiro recua 30%

26/02/2019 – Fonte: DCI

O investimento estrangeiro no setor produtivo do país caiu 30% em janeiro, na comparação com igual período de 2018. No mês passado, o investimento direto no país (IDP) atingiu US\$ 5,866 bilhões, ante igual mês de 2018, quando somaram US\$ 8,363 bilhões.

Os dados foram divulgados ontem pelo Banco Central (BC). Em janeiro, esses investimentos não foram suficientes para cobrir o resultado negativo das contas externas. Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque recursos são aplicados no setor produtivo.

O déficit em transações correntes (compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências do país com outras nações) chegou a US\$ 6,548 bilhões, o de janeiro de 2018: US\$ 6,293 bilhões.

Para o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, o resultado do mês passado, com IDP inferior ao déficit das transações correntes, é “pontual”.

Segundo ele, pode ter havido uma antecipação de fluxos de IDP no segundo semestre de 2018, quando houve aceleração desses investimentos. Além disso, Rocha destacou que os dados preliminares deste mês indicam aumento da entrada desses recursos.

Em fevereiro, até o dia 21, o IDP chegou a US\$ 5,7 bilhões, com estimativa de US\$ 7 bilhões para o mês. A previsão do BC para o déficit em conta corrente neste mês é de US\$ 2,2 bilhões.

Ações e títulos

O investimento estrangeiro em ações e fundos de investimento chegou a US\$ 3,664 bilhões e nos títulos de renda fixa, a US\$ 3,060 bilhões, totalizando os dois US\$ 6,724 bilhões, em janeiro. Segundo Rocha, no primeiro mês do ano, houve retorno dos investimentos desse tipo que haviam saído em dezembro, no total de US\$ 4,547 bilhões.

Os dados preliminares de fevereiro, até o dia 21, mostram saída de US\$ 1,331 bilhão em ações e fundos de investimentos e entrada de US\$ 7,174 bilhões, em títulos de renda fixa.

Importações

Segundo Rocha, o resultado das contas externas é influenciado pela redução do superávit comercial, com maior crescimento das importações do que das exportações. “Há maior demanda interna por bens importados que é consistente com a retomada da economia”, disse. Em janeiro, o superávit comercial ficou em US\$ 1,633 bilhão, ante US\$ 2,4 bilhões em igual mês de 2018.

Outra explicação é a redução na demanda por serviços, principalmente os gastos em viagens internacionais. Rocha lembrou que em janeiro de 2019, a taxa média de câmbio ficou em R\$ 3,74, enquanto no mesmo mês de 2018 era R\$ 3,22.

Os gastos de brasileiros no exterior ficaram em US\$ 1,689 bilhão, ante US\$ 2,002 bilhões no mesmo período de 2018. A conta de viagens, considerados os gastos de brasileiros no exterior e as receitas de estrangeiros no Brasil fechou o mês negativa em US\$ 986 milhões.

Aumenta número de empresas com contas em atraso no País

26/02/2019 – Fonte: DCI (publicado em 25-02-2019)

Em janeiro, o número de empresas com contas em atraso e registradas no cadastro de inadimplentes cresceu 5,91% ante o mesmo período de 2018. Na comparação com dezembro de 2018, o avanço foi de 7,44%. O mesmo acontece com o número de dívidas contraídas em nome de pessoas jurídicas, que desacelerou na comparação anual, atingindo uma alta de 2,78%.

Os dados são da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). De acordo com o Indicador de Inadimplência de Pessoas Jurídicas, em relação a janeiro de 2018, a região Sudeste registrou aumento de 9,42% no número de empresas negativadas. No Sul, o avanço foi de 3,93%, enquanto no Centro-Oeste a variação chegou a 3,14% e no Nordeste, 2,13%. Já a região Norte teve a menor variação, com 0,90%.

Dados por setor da economia revelam que o aumento da inadimplência foi maior entre as empresas que atuam no ramo de serviços, cuja alta foi de 9,15% em janeiro de 2019 na comparação com igual mês do ano anterior.

União de sindicatos é tendência global

26/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 25-02-2019)

A Força Sindical, que reúne quase 1,3 mil sindicatos representantes de 1,6 milhão de trabalhadores, colocou à venda a sede da entidade, um prédio de 12 andares no bairro da Liberdade, em São Paulo, por R\$ 15 milhões. Sem a parte do imposto sindical que recebia – que em 2017 somou R\$ 45 milhões -, a central perdeu mais de 80% de sua receita.

O secretário-geral João Carlos Gonçalves, o Juruna, diz que provavelmente a Força vai ocupar algumas salas do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde esteve até os anos 90, antes de adquirir sua sede própria.

Segundo Juruna, a Força está orientando os filiados a promoverem fusões entre sindicatos de categorias similares.

“Para o futuro, a discussão será uma união mais ampla, como ocorre em vários países”, informa. Ele cita os casos do UAW, que representa os metalúrgicos dos EUA, e o IgMetal, representante da mesma categoria na Alemanha.

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) também mantém conversas com sindicatos da área de farmácias da capital e do interior de São Paulo para um projeto de unificação.

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) também estudam medidas que passam pela unificação de entidades para substituir a antiga fonte de receitas, mas não há ainda nenhum caso em andamento.

Do lado empresarial, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) criou uma gerência para assessorar entidades em processos de fusão. Depois da primeira experiência com sindicatos da indústria gráfica, a entidade discute agora com 11 representações das empresas da construção civil no Estado.

Vertical

Para Hélio Zylberstjan, professor da FEA/USP e coordenador do Projeto Salariômetro da Fipe, “o próximo passo depois das fusões será uma verticalização, até o sindicato chegar a ser nacional. É uma questão de sobrevivência”.

A fusão de sindicatos é uma tendência mundial. Na Alemanha, por exemplo, há oito sindicatos nacionais de trabalhadores e, em cada cidade e bairro, há uma seção, lembra Zylberstjan.

Clemente Ganz Lucio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), diz que o movimento de agregação que já ocorreu na Alemanha está, em parte, associado a uma reorganização do sistema produtivo. "As empresas estão mudando e com a terceirização da produção, especialmente na indústria, foi preciso buscar uma nova forma de organização."

Global

"Acredito que a tendência de fusão de entidades sindicais, ainda que com o objetivo imediato de sobrevivência financeira, será benéfica principalmente para os trabalhadores que terão uma estrutura mais forte para apoiá-los", diz Valter Sanches, secretário-geral do Industrial.

A entidade com sede em Genebra, na Suíça, tem 608 sindicatos filiados de 140 países, inclusive o Brasil, que representam cerca de 50 milhões de trabalhadores de multinacionais.

O brasileiro Sanches trabalhou na Mercedes-Benz, foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e agora vive na Suíça. Segundo ele, o Industrial atua com trabalhadores de 14 setores industriais e também é fruto da fusão, em 2012, de três sindicatos globais dos setores têxtil e vestuário, químico, mineração e energia e metalúrgico.

A entidade negocia em nome dos trabalhadores com organizações multilaterais como OMC, OCDE e OIT, com entidades patronais setoriais globais ou nacionais e com multinacionais. "Temos 49 acordos globais com multinacionais", diz.

Para Sanches, as fusões devem reduzir a atual fragmentação de sindicatos por setores ou ramos. "Também são fundamentais para enfrentar os desafios da digitalização – ou Indústria 4.0 – em que empresas e setores estão mudando e estabelecendo formas de relação de trabalho precárias". Para ele, "são desafios para os quais a estrutura sindical tradicional não dá conta".

Entidades têm de se 'repensar', avalia Dieese

26/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 25-02-2019)

O diretor do Dieese, Clemente Ganz Lucio, concorda que o fim da contribuição sindical obrigatória vai acelerar o movimento de fusões no Brasil. "O estrangulamento do financiamento sindical que ocorreu com a reforma trabalhista obriga os sindicatos a se repensarem."

Segundo ele, a nova lei trabalhista reforçou as negociações – que devem prevalecer sobre a legislação –, mas ao mesmo tempo retirou a fonte de financiamento dos sindicatos que conduzem as negociações. "Essa é a contradição." Com as fusões que começam a ocorrer, ele acredita que os sindicatos ficarão mais fortes e devem voltar a ter protagonismo, especialmente num cenário de precarização das relações de trabalho.

Na legislação anterior, centrais, confederações e federações tinham uma fatia garantida do imposto sindical. Hoje, a receita dos sindicatos vem das mensalidades dos associados e das taxas de negociação e são eles que decidem como os recursos serão distribuídos.

"A base da estrutura sindical vai ficar mais poderosa", diz Hélio Zylberstjan, da FEA/USP.

Carnaval não é feriado em grande parte do país; tire dúvidas

26/02/2019 – Fonte: G1

Os dias de folia não são considerados feriado, a não ser que haja leis municipais ou estaduais que oficializem a folga; veja se os funcionários podem negociar com a empresa e o que acontece em caso de falta.



Apesar de muitos brasileiros emendarem os quatro dias para aproveitar a folia ou simplesmente descansar, o carnaval não é considerado feriado nacional.

Os bancos, por exemplo, não abrem nesses dias e só reabrem às 12h da Quarta-Feira de Cinzas, assim como as repartições públicas. Apesar disso, as empresas podem ter expediente normal e exigir que seus funcionários trabalhem.

O carnaval só é considerado feriado se estiver previsto em lei estadual ou municipal. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a terça-feira de carnaval foi declarada feriado estadual por meio da Lei 5243/2008.

Nas localidades onde a data não é considerada feriado, a segunda e a terça-feira, além da Quarta-Feira de Cinzas, podem ser ou não definidas como pontos facultativos.

Na prática, empresas e funcionários podem fazer acordo sobre os dias a serem trabalhados e as formas de compensação das horas.

"Fica por conta da empresa funcionar normalmente ou dispensar seus trabalhadores. Havendo a liberação espontânea por parte do empregador, não pode haver prejuízo na remuneração do empregado. Contudo, o empregador pode, também, acordar com seus empregados uma compensação de jornada para aqueles dias em que permitiu a folga de carnaval", explica a advogada trabalhista Mayara Gaze, do escritório Alcoforado Advogados Associados.

Nos estados e municípios onde o carnaval é feriado oficial, via de regra, o trabalhador que não é dispensado receberá o pagamento daquele dia trabalhado em dobro. Mas outro tipo de compensação poderá ser combinado previamente via Acordo Coletivo de Trabalho, como por exemplo, anotação em banco de horas.

Veja abaixo o tira-dúvidas sobre o assunto:

O que pode acontecer se não há lei que determina feriado no carnaval?

De acordo com a advogada Raquel Rieger, do escritório Roberto Caldas, Mauro Menezes & Advogados, se não houver lei que estipula feriado no carnaval, o patrão pode dispensar os funcionários do trabalho mesmo sendo considerado dia útil, pedir a compensação das horas não trabalhadas em outro dia ou até descontar os dias não trabalhados do salário.

Então eu posso "enforçar" a segunda e a Quarta-Feira de Cinzas?

Raquel Rieger lembra que a segunda-feira e a Quarta-Feira de Cinzas podem ser "enforcadas", desde que com a permissão das empresas. E se houver trabalho nesses dias, não haverá o acréscimo de pelo menos 100% pelo dia trabalhado, já que não se trata de feriado.

Se a empresa não conceder folga e eu faltar, posso ser mandado embora?

De acordo com o advogado trabalhista Rodrigo Luiz da Silva, do Stuchi Advogados, se o funcionário decidir faltar, a empresa poderá descontar os dias de falta do salário, aplicar sanções disciplinares como advertências ou suspensões ou até demiti-lo, mas a empresa deverá observar se houve reincidências ou se outras penalidades já foram aplicadas anteriormente ao empregado.

A especialista em direito trabalhista Maria Lúcia Benhame diz que o funcionário perderá ainda o descanso semanal remunerado. Ela ressalta, entretanto, que não há possibilidade de haver demissão por justa causa.

Se a terça-feira for considerada feriado e eu tiver que trabalhar, a empresa pagará o dobro pelas horas trabalhadas?

De acordo com a advogada Maria Lúcia Benhame, nas cidades em que o carnaval for feriado local, os empregados que trabalharem nesses dias deverão ter folga compensatória em outro dia da semana. Se isso não ocorrer, deverão receber as horas extras trabalhadas com o acréscimo de pelo menos 100% ou mais, se isso estiver previsto na convenção coletiva da categoria do trabalhador.

Segundo ela, a nova lei trabalhista permite que as empresas troquem o dia a ser trabalhado. No caso, podem determinar que os funcionários trabalhem na terça e posteriormente compensem as horas trabalhadas com folga em outro dia. Mas para isso acontecer, é necessária aprovação mediante convenção (negociação entre os sindicatos dos empregados e de empregadores) ou de acordo coletivo (entre sindicato e empregador).

Maria Lúcia ressalta que, caso o empregado trabalhe no feriado com o acordo de que irá folgar em outro dia, ele não receberá a mais pelo feriado que trabalhar.

Se a terça-feira não for considerada feriado, mas a empresa me chamar para trabalhar, ganharei folga depois?

Segundo Maria Lúcia Benhame, a segunda e a terça-feira de carnaval são considerados dias úteis não trabalhados, portanto, quem trabalha nesse período não tem direito a receber horas extras nem a ter folgas compensatórias.

Se a empresa der os dias de carnaval de folga, terei de compensar depois?

Segundo Maria Lúcia, nas localidades em que o carnaval não é feriado, as empresas exigirão que essas horas não trabalhadas sejam compensadas posteriormente. Além disso, os funcionários não receberão o acréscimo de pelo menos 100% pelos dias trabalhados.

Como funciona essa compensação dos dias que não trabalhei no carnaval?

Segundo Danilo Pieri Pereira, advogado trabalhista e sócio do Baraldi Mélega Advogados, com a nova lei trabalhista, há a possibilidade de compensação dentro do mesmo mês. Caso o funcionário folgue nos dias de carnaval, a empresa poderá exigir que ele cumpra essas horas descansadas em outros dias (com exceção do domingo), respeitado o limite máximo de duas horas extras diárias.

Essas horas não trabalhadas podem ir para o banco de horas?

Se a segunda e terça-feira de carnaval não são feriados e o funcionário folgar, esses dias não trabalhados podem entrar no banco de horas como horas-débito, e o funcionário tem que compensar isso dentro do prazo estipulado em acordo com a empresa.

Segundo Maria Lúcia, a empresa pode determinar inclusive que os funcionários trabalhem aos sábados, por exemplo. A compensação dentro do mês é automática, sem necessidade de acordo prévio. Se a compensação for feita em até 6 meses, precisa de acordo direto com o empregador. Se for pelos próximos 12 meses, tem que haver acordo envolvendo os sindicatos.

Maria Lúcia ressalta que feriados e domingos (quando não são dias normais de trabalho) não entram nos bancos de horas - ou são compensados por outro dia ou são pagos com o acréscimo de pelo menos 100% pelo dia trabalhado.

A empresa que previa folgas no carnaval pode decidir mudar a regra de uma hora para outra?

Mayara Gaze alerta que o empregador deve atentar para a prática da empresa, pois, quando há a quebra de padrão, há também a quebra do contrato de trabalho, o que pode levar a complicações jurídicas.

"Por exemplo, se há mais de 4 anos a empresa dispensa espontaneamente seus funcionários durante os dias de carnaval e depois passa a exigir o trabalho no período, havendo ou não a respectiva compensação, conforme o caso, haverá quebra do contrato de trabalho e novo documento deverá ser assinado pelas partes, contendo com as novas regras da empresa", esclarece a advogada.

Como funciona o carnaval entre os servidores públicos?

De acordo com a advogada trabalhista Mayara Gaze, os servidores públicos do Poder Executivo são liberados, em regra, por meio de portarias, no âmbito de cada esfera de governo, seja ele federal, estadual ou municipal. É comum que seja decretado ponto facultativo na segunda, terça e na Quarta-Feira de Cinzas até as 12h. "Já os Poderes Legislativo e Judiciário têm seus próprios calendários", diz a especialista.

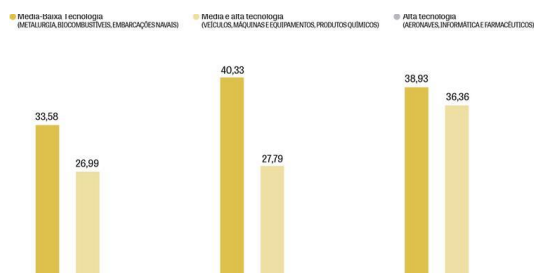
Como funciona para quem trabalha no regime 12x36 horas?

Segundo Raquel Rieger, para os trabalhadores que fazem a jornada 12 horas trabalhadas seguidas de 36 horas de folga, a lei já prevê compensações nesse regime de jornada, não havendo previsão de pagamento de horas extras se houver trabalho no dia de feriado.

Brasil tem duplo desafio para avançar em meio ao protecionismo no mundo

26/02/2019 – Fonte: DCI (publicado em 25-02-2019)

Economias desenvolvidas correm para disputar liderança tecnológica, enquanto País precisa, ao mesmo tempo, reformar tributação e infraestrutura, e melhorar processos de inovação industrial



O Brasil tem uma dupla tarefa para com a indústria brasileira em meio ao crescimento do protecionismo nas economias desenvolvidas. Uma delas é acertar as contas com o passado, a partir de mudanças na estrutura tributária e melhoras em infraestrutura.

A outra é tentar correr atrás do que outros países já estão desenvolvendo em termos de novas tecnologias, como a indústria 4.0, robotização, inteligência artificial (IA), entre outros. É o que avalia o economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rafael Cagnin.

Sem ter uma política industrial como estratégia central, o Brasil terá dificuldades de inserir os produtos manufaturados no comércio global, além da potencial perda de emprego que pode ocorrer no setor, destaca coordenador do curso de economia da FAAP, Paulo Dutra.

Cagnin explica que a guerra comercial entre Estados Unidos (EUA) e China é somente um aspecto do crescente protecionismo. Após um longo período pulverizando suas indústrias pelo mundo, as economias desenvolvidas querem, agora, reinternalizar as suas plantas.

Isso porque governos e empresas de países centrais, como os europeus e EUA, acabaram encontrando lacunas no processo de inovação ao separarem a sua produção – que ocorre, geralmente, em países mais pobres – da parte de pesquisa e desenvolvimento, design, marketing, propaganda – etapas que acontecem em território nacional. “É uma nova etapa da globalização, na qual há uma corrida entre os países para ver quem vai liderar o processo de transformação tecnológica”, diz Cagnin.

Há também uma intenção de gerar, internamente, renda e emprego, já que a indústria costuma pagar salários mais altos do que os serviços.

Paulo Dutra, comenta que, além de ter que lidar com essa corrida internacional, a indústria brasileira terá que se acostumar com o novo cenário de retração dos subsídios. Exemplo disso é a mudança do papel do BNDES, por exemplo, que tem cortado financiamento às grandes empresas, além do perfil de maior restrição fiscal do novo governo – o que deve provocar diminuição nos benefícios tributários e fiscais dados às empresas.

Impostos em discussão

Cagnin acrescenta que falta ao Brasil algo muito básico para melhorar a competitividade industrial: uma reforma tributária. “Os países desenvolvidos, e também os emergentes, unificaram impostos em uma única alíquota na década de 1980. O Brasil ainda precisa saldar essa dívida com o passado”, critica Cagnin.

“Não dá para o Brasil pensar em indústria 4.0, robotização, se há oscilação na rede elétrica, entende? Há décadas o Brasil não investe nem para compensar a defasagem na infraestrutura”, acrescenta.

Para Cagnin, enquanto os demais países possuem uma política industrial como estratégia central de crescimento, o Brasil só está focando em política fiscal, o que é importante, mas não resolve tudo.

Dutra ressalta que esse cenário cria dificuldades para o Brasil avançar na exportação de manufaturados. Por outro lado, ele destaca que o Brasil tem uma elevada competitividade na produção de sementes, carne e leite.

Reforma exigirá mais planejamento para complementar a aposentadoria

26/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 25-02-2019)

Com novas regras, ficará difícil receber benefício integral; orientação é antecipar e aumentar poupança

A necessidade de complementar a renda da aposentadoria, tema até então mais debatido por quem ganha acima dos R\$ 5.839 do teto do INSS, se estenderá também a trabalhadores com salários mais baixos. Isso porque a proposta de reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro deverá reduzir o valor dos benefícios de todos os trabalhadores que ganhem mais que o salário mínimo.

São duas as vias de corte nas futuras aposentadorias: para receber o valor integral do benefício, além de atingir a idade mínima, o trabalhador precisará comprovar 40 anos de contribuição ao INSS.

Além disso, os salários mais baixos serão incluídos na conta para o cálculo da aposentadoria, o que também reduz o valor dos benefícios na comparação com as regras atuais.

De acordo com o texto, homens de 65 anos e mulheres de 62 poderão se aposentar desde que comprovem 20 anos de contribuição para a Previdência. Nesse caso, porém, o benefício será limitado a 60% do valor a que teriam direito caso contribuíssem por 40 anos. Cada ano adicional de contribuição eleva em 2% a renda futura.

“A gradação praticamente acaba com a aposentadoria integral. O trabalhador teria que começar cedo e com salário já elevado. Quem quer que queira ter aposentadoria maior tem que estar preparado para trabalhar até mais tarde e complementar renda”, diz Jorge Boucinhas, professor da FGV.

Atualmente os benefícios de trabalhadores que não alcançam o fator 86/96 (que soma idade e tempo de contribuição) são reduzidos pelo fator previdenciário. Na prática, o sistema tende a punir com mais força aqueles que pedem a aposentadoria antes dos 60 anos.

Além disso, o valor do benefício faz uma média dos salários de contribuição excluindo os 20% mais baixos. Pela regra proposta na reforma, todos os salários serão considerados, o que também pode reduzir o benefício, já que, tipicamente, trabalhadores começam a carreira com ganhos menores, que vão aumentando ao longo da carreira.

“Cria um desconforto, as pessoas vão ter que pensar em como elas contribuem ao longo da vida. A reforma é mais dura, mas garante um pagamento de benefício”, acrescenta Juliana Inhasz, professora de economia do Insper.

Segundo ela, a situação dos trabalhadores com cerca de 40 anos é a mais complicada. É uma população que jogava “com o regulamento embaixo do braço”: esperava trabalhar mais uns dez anos e, no caso dos autônomos, poderia elevar o salário de contribuição a partir de agora, para garantir uma aposentadoria maior mais para a frente.

“Agora não vai ter essa possibilidade, e essas pessoas vão ter que se acostumar a um sistema diferente daquele para o qual contribuíram. Relativamente, elas perdem muito”, afirma a professora do Insper.

Aos 40, quem ainda não poupa para a velhice deveria separar entre 13% e 14% da renda, afirma a professora. Para ela, aplicações deveriam ser sempre em títulos de renda fixa atrelados à inflação, que garantem o poder de compra ao longo dos anos. O exemplo mais repetido pelos especialistas é o título público Tesouro IPCA+.

Renato Follador, especialista em Previdência e estruturador de fundos de pensão no Paraná, afirma que entre 5% e 6% da renda costuma ser suficiente para manter o padrão de vida na aposentadoria no caso dos trabalhadores com salário até R\$ 10.000. Acima desse valor, a necessidade de poupança é maior, assim como no caso de quem tem pouco tempo para poupar.

Aos 30 anos, o trabalhador ainda terá outros 30 para poupar para a aposentadoria. Nesse caso, Inhasz, do Insper, sugere que o trabalhador poupe cerca de 10% da renda mensal.

Isso permitiria que, a cada ano, ele tivesse entre um salário e um salário e meio guardados para a velhice.

Para quem está na faixa dos 20 anos, a situação é mais confortável, porque há tempo para poupar e os juros jogam mais a favor, pelo longo período de investimento. É por isso que especialistas recomendam que a poupança comece desde cedo.

“Normalmente, do valor total da poupança previdenciária, 69% são dos juros do investimento. Em 35 anos [o tempo atual de contribuição exigido para homens] é muito dinheiro”, afirma Follador.

Ele é entusiasta do benefício tributário, com abatimentos de Imposto de Renda dos fundos de previdência. O tema não é consenso entre especialistas. O pequeno investidor ainda tem dificuldade de encontrar fundos de previdência que tenham taxas baixas e não comam o rendimento da aplicação, especialmente no caso de produtos mais conservadores.

Na média, os fundos de previdência complementar atrelados à renda fixa renderam 6,54% nos últimos 12 meses, em linha com a Selic, em 6,5%.

“Além da decisão de poupar, as pessoas precisam decidir também que tipo de aplicação desejam fazer”, afirma Inhasz.

Como poupar para a aposentadoria

O que é o salário de contribuição?

É o valor considerado para o recolhimento mensal do INSS e usado de referência para o cálculo da contribuição ao INSS.

Quem ganha salário acima do teto, atualmente de R\$ 5.839, recolhe um valor limitado ao teto

É possível se aposentar recebendo o teto do INSS?

Atualmente isso já é difícil, porque 80% das contribuições deveriam ser feitas pelo teto do INSS. Com as novas regras propostas pelo governo, todas as contribuições deveriam ser pelo teto, e o trabalhador deverá comprovar 40 anos de contribuição ao INSS. Na prática, as aposentadorias serão menores no futuro

E como fazer para garantir que terei renda para me sustentar na velhice?

É preciso economizar parte da renda atual exclusivamente para a aposentadoria, dizem especialistas

Para quem começa a poupar

Aos 20 anos

Entre 5% e 6% do salário líquido mensal

Aos 30 anos

Cerca de 10% do salário deve ser suficiente para quem deseja complementar a renda

Aos 40 anos

Cresce o percentual da renda que deve ser economizado, para até 14% do salário.

No entanto, a necessidade é maior para quem tem salários superiores a R\$ 10.000 e deseja manter o padrão de vida

Onde investir?

Depende da idade e do apetite a risco do investidor. Mais jovens e arrojados podem ter parte do dinheiro em ações

A principal recomendação é para renda fixa que segue a inflação, como Tesouro IPCA+. Como rende uma taxa de juros acima da inflação, garante o poder de compra do dinheiro no futuro

Para economista, é espantosa a má-fé com o tema previdenciário

26/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

O economista Fabio Giambiagi, 57, um dos principais especialistas em Previdência e contas públicas do país, se diz impressionado com a desinformação e “a má-fé de alguns dos participantes do debate” sobre a proposta de emenda constitucional encaminhada pela gestão Bolsonaro (PEC 6).

Como exemplo, cita a crítica de que a aposentadoria integral só seja concedida a quem trabalhe 40 anos.

“O espantoso é que já é assim há 20 anos. A reforma não está criando nada novo, mas os críticos colocam isso como uma mudança perversa”, disse em entrevista que começou por email e terminou por telefone.

Do ponto de vista do reequilíbrio das contas públicas, qual a sua avaliação da reforma proposta por Bolsonaro?

É muito positiva. Pelo tempo que o país perdeu desde a proposta original do presidente Temer

—três anos!— e pelo aumento na despesa previdenciária, tinha que ser uma proposta mais dura que a de Temer.



Fabio Giambiagi tem graduação e mestrado na área econômica pela UFRJ; escreveu e coordenou 4 livros sobre Previdência; atuou no BID e no Ipea, e integra o Departamento Econômico do BNDES - Ricardo Borges/Folhapress

O que mais o impressionou na recepção à reforma?

O principal foi a desinformação. A crítica de que, com a reforma, a aposentadoria integral só seria concedida a quem trabalhasse 40 anos.

O espantoso é que já é assim há 20 anos e nunca ninguém disse nada. Quem se aposenta por idade em geral fica com 85% do valor médio de contribuição. E quem se aposenta por tempo de contribuição tem a incidência do fator, bastante inferior a 1.

A reforma não cria nada novo, mas os críticos colocam isso como uma mudança perversa. São casos em que a desinformação se mistura com a má-fé de alguns dos participantes do debate.

Pensando em pontos específicos, onde daria para apertar mais?

Definitivamente, na regra de gênero. É simplesmente absurdo que uma pessoa tenha uma exigência de contribuição menor apenas por ser mulher. Aceito que o problema da dupla jornada de trabalho é uma questão não resolvida no mundo inteiro, mas nesse caso a diferenciação deveria ser condicionada à existência de filhos.

Dá para estimar a perda de economia com essa diferença?

Não tenho essa conta. O governo certamente tem. Mas, independentemente do número, não me conformo com a falta de lógica.

A lógica nesse caso não pode ser política?

Entendo que políticos reajam a resistências políticas. Mas três anos a menos para mulheres como regra definitiva, para quem entrar no mercado de trabalho, me parecem uma aberração. A pressão vem de onde? As garotas não estão nem aí para isso. Elas querem igualdade. A demanda política por condições diferentes é zero.

O aperto no BPC foi retirado da proposta de Temer. Por que haveria mais chance de progredir agora?

Minha impressão é que a exigência de 70 anos para o BPC terá muitas dificuldades para vigorar, mas é preciso ter claro duas coisas: o benefício surgiu em 1993 com idade de 70 anos. Os parlamentares ao longo do tempo reduziram para 65 ao mesmo tempo em que a expectativa de sobrevida aumentou cinco anos.

Um benefício que se imaginava durar 10 anos hoje dura o dobro. Isso tem custo. E 70 anos de exigência não é nenhum absurdo, era algo que existia... há 26 anos. A idade pode cair para por exemplo 68. Nesse caso há que mexer na outra ponta, do benefício menor aos 60 anos. Senão a conta não fecha.

Cálculos mostram que a Previdência foi responsável por mais de 18% da concentração de renda (medida pelo Gini) em 2016. Essa reforma ajuda a desconcentrar renda?

Ajuda, claro. Olha o que os funcionários públicos de altos salários pagam de contribuição hoje e o que vão pagar no futuro.

'Sem reforma da Previdência, país cai de cara na recessão em 2020', diz Sachsida

26/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

Responsável pelos estudos técnicos do Ministério da Economia que embasam as razões para convencer os congressistas a aprovar a reforma da Previdência, o secretário de Política Econômica (SPE), Adolfo Sachsida, diz que daqui a cinco anos, em 2023, poderá haver dois "Brasis" diferentes: um com a aprovação da reforma em franco crescimento e outro sem ela, mergulhado em profunda recessão e sem empregos. Ele avalia que os ventos pró-reforma são favoráveis agora e que a proposta favorece os mais pobres.

O secretário rebate as críticas da oposição de que o estudo da SPE mostrando o impacto da reforma é exagerado. Segundo ele, o estudo é até mesmo conservador e baseado em análise técnica e profunda. Pelo estudo, a taxa de desemprego pode chegar a 15,1% em 2023 sem a reforma da Previdência. Já, com a reforma, poderão ser criados quase 8 milhões de empregos no período. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Os críticos consideraram exageradas as previsões do ministério sobre o impacto da reforma da Previdência. Qual a sua avaliação?

Eu não vi economista dizendo isso. Nos grupos de economistas de que eu participo não teve isso. A rigor esse número chama a atenção, mas não é diferente do que vimos no passado. O nosso documento mostra que, de 2019 a 2023, se aprovada a reforma, teriam R\$ 5,8 mil a mais de PIB per capita.

De 2014 a 2016, o PIB per capita caiu R\$ 3 mil. O aumento do desemprego de 2014 para 2017 foi de 6,8% para 12,7%. Da mesma maneira que caiu, o que eu esperaria agora era que subisse muito. Houve uma crise. Passa uma reforma, eu esperaria um aumento grande. Esses números estão bem conservadores. Quando se olha o aumento do desemprego de 2014 a 2016, foi gigantesco. A taxa bateu 14% da população economicamente ativa. Foi um movimento muito grande.

Com a aprovação da reforma, o cenário de melhoria pode até ser mais rápido?

Pode ser. O que estou dizendo é que nosso cenário é conservador. E também está muito próximo do cenário de mercado. Tem de olhar que em 2023 vão existir dois 'Brasis'.

O Brasil com a reforma e sem a reforma. Não posso comparar o Brasil de hoje com o da reforma. Vamos ser honestos, se essa reforma não passa, é natural que o País

entre em recessão. Não tem o que fazer. Os nossos dados apontam que, no segundo semestre de 2020, sem a reforma, nós já estaremos em recessão. O Brasil, sem reformas, vários empregos que existem hoje vão deixar de existir.

E o Brasil com reformas vai criar emprego. Os oito milhões de empregos são a diferença do cenário sem reforma para o com a reforma. Tenho certeza que quem entende sabe que o número não está superestimado. É um número amplamente defensável. Vamos divulgar nesta semana a nota técnica com as contas.

O ministério vai mostrar como chegou a essas previsões?

Com certeza. Só não divulgou a nota técnica porque é razoavelmente complicado fazer isso. Deixamos o detalhamento técnico para fazer depois. É modelagem difícil de várias equações. Não estamos descolados das estimativas de mercado.

O que acontece é que o mercado fala que existe uma probabilidade de 80% de a reforma passar. O que assumimos é que ela vai passar. É natural que nossa estimativa fique um pouco acima. Os números não são exagerados. É o contrário, se não aprovamos a reforma, a recessão é que vai ser dura.

Eu tenho certeza que, se perguntar para qualquer analista o que acontece se não aprovar a reforma, ele vai dizer que tem recessão de cara em 2020. Nosso texto ainda dá uma 'espaçozinho' para começar a recessão. A economia trava. Não tem como. Se não corrigir um déficit de R\$ 300 bilhões por ano da Previdência, como vai corrigir o problema da economia?

O trabalho da SPE é de defesa da reforma da Previdência?

É um trabalho técnico, sólido e com modelagem de ponta. É a nossa narrativa. Estamos montando a estratégia de defesa da parte econômica. É bom deixar claro que a defesa da reforma é feita pela secretaria especial de Previdência. O secretário Rogério Marinho é excelente.

A mobilização pela reforma está boa?

Eu vejo um ambiente muito mais propício para a reforma. Está todo mundo confiante.

O senhor é funcionário público e vai ter aumento da alíquota de contribuição. Como se sente?

Graças a Deus! Eu me sentia muito mal antes. Estou nessa elite de funcionários públicos. Todo mundo está sendo chamado a contribuir. Políticos, magistrados, funcionários públicos de alto escalão... Por isso, ela é justa.

Não adianta aprovar uma reforma que não economize nada, diz Skaf

26/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 25-02-2019)

A preocupação com a reforma da Previdência foi, nas palavras do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, o tema principal que a cúpula da entidade tratou com a bancada de deputados estaduais paulistas e federais do Partido Progressista (PP) em almoço nesta quarta-feira, 25, na sede da entidade.

De acordo com Skaf, a reforma da Previdência é muito importante para o País porque sem ela a conta não fecha.

“A reforma tomou uma importância maior do que ela já tinha porque, como se falou muito sobre ela, investidores nacionais e estrangeiros criaram uma expectativa muito grande à espera da sua aprovação”, disse o presidente da Fiesp, que nesta terça-feira publicou anúncio sobre o tema nos principais jornais do País.

Skaf ressaltou que, quando fala em reforma da Previdência, refere-se a uma reforma que dê o resultado fiscal esperado. Não adianta nada, segundo ele, aprovar uma reforma que não economize nada.

“É fundamental que se aprove algo parecido com esse projeto que o governo encaminhou ao Congresso. Está lá previsto uma economia de R\$ 1,1 trilhão, que daria cento e poucos bilhões por ano. Isso é fundamental porque as previdências privada e pública dão um déficit anual de R\$ 270 bilhões”, apontou o executivo.

De acordo com Skaf, mesmo que se desconte a economia anual de R\$ 100 bilhões anuais com gastos previdenciários, ainda resta um déficit de R\$ 170 bilhões. “Mas a perspectiva futura fica muito melhor. Isso vai atrair investimentos e gerar empregos e fazer com que a economia se aqueça com mais velocidade”, disse.

Ao se referir aos militares, Skaf afirmou que todo mundo tem que contribuir com a reforma previdenciária. Mas ponderou que uma coisa é falar que tem de ser diferenciado, que é o que os militares defendem, e outra bem diferente é não contribuir.

“Falar em diferenciado não significa que não haverá contribuição. Então posso concordar que os militares possam ter uma situação diferenciada, mas que não justifique alguém ficar de fora. É uma conta que tem que envolver a todos”, disse.

O presidente da Fiesp destacou que a reforma da Previdência precisa trazer justiça para a sociedade e lembrou que do déficit previdenciário anual de R\$ 270 bilhões, R\$ 70 bilhões vêm do setor público e R\$ 200 bilhões do setor privado.

“Mas os R\$ 200 bilhões envolvem mais de 30 milhões de pessoas e os R\$ 70 bilhões apenas um milhão de funcionários públicos. “Isso mostra que há algo muito grave no setor público. É preciso que esta reforma traga justiça em relação à sociedade”, afirmou.

Bolsonaro perceberá que diálogo com Congresso faz parte da democracia, diz Skaf

26/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 25-02-2019)

O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, disse nesta segunda-feira, 25, ter certeza de que o presidente da República, Jair Bolsonaro “vai perceber que o diálogo para tratar com o Congresso faz parte da democracia”.

Skaf fez esta ponderação ao ser perguntado pela reportagem do Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) se não via riscos para a aprovação da reforma da Previdência à política do principal mandatário do País de negociar com frentes parlamentar temáticas, em vez de negociar com os partidos e seus líderes.

“Importante notar que diálogo não é troca. Acabamos de sair de um almoço com a bancada de deputados estaduais e federais. Aqui não houve troca de nada. Apenas diálogo sobre os interesses do País”, disse Skaf.

Ele acrescentou que o presidente da República tem a sua equipe o chefe da Casa Civil e o seu líder na Câmara e no Senado, e que têm como incumbência essas articulações. “O presidente da República é um homem extremamente simples. Tenho certeza de que não vai faltar estímulo para ele no momento que ver que precisará aumentar o diálogo ou de ele ter um papel diretamente com os partidos”, observou Skaf.

Mais cedo, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), fez considerações sobre este mesmo tema, em São Paulo.

Ele considerou questionável a estratégia do governo em fazer a articulação política por meio das bancadas temáticas. Ressaltou que as bancadas temáticas têm demandas específicas e isso pode resultar em negociações não saudáveis. "É preciso tomar cuidado", afirmou.

Para Maia, a negociação deveria se dar por meio das bancadas dos partidos. "O que tem de mais orgânico são os partidos", disse. Para ele, a negociação deveria se dar por meio das bancadas dos partidos. "O que tem de mais orgânico são os partidos", disse.

Na semana passada, em entrevista ao Broadcast, o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega havia chamado a atenção para esta nova forma de Bolsonaro fazer a interlocução com o Congresso. Na avaliação de Mailson da Nóbrega, as negociações com as frentes parlamentares poderão vir a impor muitas dificuldades ao governo Bolsonaro para aprovar a reforma.

IPC-S desacelera em 6 das 7 capitais avaliadas na 3ª quadrissemana de fevereiro

26/02/2019 – Fonte: Em.com (publicado em 24-02-2019)

O Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) desacelerou em seis das sete capitais pesquisadas na terceira quadrissemana de fevereiro, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta terça-feira (26). A taxa caiu de 0,34% na segunda quadrissemana de fevereiro para 0,29% na terceira leitura deste mês.

No período, as capitais que mostraram decréscimo na variação foram: Salvador (de 0,12% para 0,06%), Brasília (de 0,03% para -0,06%), Recife (de 0,59% para 0,54%), Rio de Janeiro (de 0,40% para 0,32%), Porto Alegre (de -0,09% para -0,14%) e São Paulo (de 0,61% para 0,58%). Apenas Belo Horizonte apresentou aceleração, com a taxa passando de 0,60% para 0,62%.

Crédito corporativo do BTG Pactual avança 13,8% no trimestre

26/02/2019 – Fonte: DCI

A carteira de crédito do BTG Pactual para empresas (área de corporate lending) avançou 13,8% no quarto trimestre de 2018, de R\$ 26,1 bilhões em setembro para R\$ 29,7 bilhões em dezembro passado.

A carteira de crédito corporativo em reais mostrou crescimento de 15,79% no quarto trimestre, uma evolução líquida de R\$ 3,6 bilhões em apenas três meses, do estoque de R\$ 22,8 bilhões em setembro para R\$ 26,4 bilhões em dezembro último.

Em 12 meses, a carteira de crédito corporativo em reais saltou 32,6%, enquanto – com estoque menor – o portfólio de *corporate lending* em outras moedas disparou 73,68%, de R\$ 1,9 bilhão em 2017 para o montante de R\$ 3,3 bilhões em dezembro de 2018. Os dados foram detalhados ontem em teleconferência de resultados para analistas e investidores.

"O crescimento do nosso portfólio vem a reboque de uma demanda mais ativa para crédito de longo prazo. É isso que vemos acontecer e está em linha com os níveis de confiança empresarial, especialmente no Brasil. E o nosso crescimento – especificamente – veio com operações novas", declarou o diretor executivo de finanças (CFO) do BTG Pactual, João Marcello Dantas Leite.

De acordo com o balanço divulgado, do portfólio de crédito corporativo, a participação percentual de clientes do setor de *utilities* (utilidades públicas) subiu de 22% em

setembro para 24% em dezembro, ao passo que a participação dos clientes do segmento de óleo e gás diminuiu de 11% para 9% no mesmo período.

Ainda pela distribuição total do portfólio de crédito, o segmento de finanças ficou com fatia de 7%, seguido por clientes de *wealth management* (6%), infraestrutura (6%), real estate (5%), varejo (5%), agronegócio (5%), alimentos e bebidas (4%), autopeças (2%), telecom (2%), governo (1%), metais e mineração (1%), e outros setores (de 20% para 23%).

Lucro líquido e destaques

O BTG Pactual fechou o ano de 2018 com lucro líquido total de R\$ 2,741 bilhões, queda de 7% em relação aos R\$ 2,949 bilhões registrados em 2017.

Entre as diferentes áreas de atuação, destaques para: *asset management* com R\$ 717 milhões em receitas (+47%) e *wealth management* (+28%), R\$ 472 milhões em receitas.

Na contramão de Nova York, bolsa cai 0,66%

26/02/2019 – Fonte: DCI



Em meio ao tombo do petróleo no mercado internacional e à cautela em relação ao andamento da reforma da Previdência no Congresso, o Ibovespa operou na contramão das bolsas em Nova York e encerrou ontem em queda de 0,66%, aos 97.239,90 pontos.

O Índice até ensaiou uma alta no início dos negócios, voltando a superar os 98 mil pontos, na esteira do otimismo dos mercados externos com um desenlace positivo nas negociações comerciais entre China e Estados Unidos. Investidores celebraram o fato de o presidente Donald Trump ter estendido à tregua tarifária para produtos chineses para além de 1º de março e relatado “progressos substanciais” nas negociações.

A maré virou no mercado doméstico com o tombo das ações da Petrobras, na esteira do mergulho das cotações do petróleo, após Trump reclamar que os preços da commodity “estavam muito altos” e pedir à Opep, organização que reúne os países produtores de petróleo, “ir com calma”. As ações da petroleira brasileira fecharam em retração de 1,58% (PN) e de 2,40% (ON).

Ao longo da tarde, o Ibovespa foi às mínimas e chegou a flertar com a perda da linha dos 97 mil pontos, com a diminuição do ritmo de alta das bolsas norte-americanas e declarações do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que despertaram temores sobre o ritmo de tramitação da reforma no Congresso.

Maia indicou que a instalação da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ), responsável pela primeira análise da proposta, pode ficar apenas para depois do Carnaval.

Havia perspectiva de que a CCJ pudesse iniciar seus trabalhos esta semana. Maia disse também que há apreensão em torno do projeto de lei de aposentadoria dos militares, embora tenha negado que vá aguardar o envio do PL para que a CCJ seja instalada.

Mercado cambial

O mercado de câmbio terminou ontem em compasso de espera, na expectativa por detalhes da tramitação da reforma da Previdência e por uma série de eventos previstos para os próximos dias, no Brasil e no exterior. O dólar registrou leve alta de 0,08%, a R\$ 3,7437.

A moeda chegou a cair para R\$ 3,72 pela manhã, seguindo o enfraquecimento da moeda norte-americana no mercado internacional, mas na parte da tarde chegou até a ensaiar alta e terminou ontem perto da estabilidade.

Uma das notícias que não agradaram também foi a confirmação de que a instalação da CCJ da Câmara foi adiada. A divisa teve queda ante outros emergentes, como a Turquia e a África do Sul.

Economia afetou confiança do consumidor, diz FGV

26/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 24-02-2019)

A avaliação dos consumidores sobre a situação da economia, tanto na situação atual quanto no futuro, registrou nova piora em fevereiro. Essa deterioração foi o que mais pesou para a queda do Índice de Confiança do Consumidor (ICC), que recuou 1,7% em fevereiro ante janeiro – a terceira queda consecutiva.

A avaliação dos consumidores em relação ao atual momento da economia continuou a piorar, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV). Neste mês, a proporção de consumidores que avaliam a situação econômica como ruim subiu ainda mais, de 35,7% para 41%. Em dezembro, essa parcela respondia por 33,8%.

Ao mesmo tempo, a fatia dos que julgam a situação boa aumentou de 14,2% para 15,2%, mas ainda não recuperou o patamar de dezembro, que era de 15,6%. “O indicador-síntese do quesito (situação econômica) ficou em 74,2 pontos, o menor desde julho de 2013 (68,5)”, informou a FGV, em nota.

Os consumidores também estão menos otimistas em relação às chances de recuperação da economia nos próximos meses. O indicador que mede o grau de otimismo sobre a situação econômica futura caiu 3,8% em fevereiro, para 99,5 pontos. O nível é o mais baixo desde março de 2009 (95,9 pontos).

A parcela de consumidores que projetam melhora diminuiu de 26,5% para 26,0%, enquanto a dos que preveem piora aumentou de 23,1% para 26,5% (esse percentual era de 20,0% em dezembro).

Confiança do comércio cai 3,8 pontos em fevereiro ante janeiro, diz FGV

26/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) caiu 3,8 pontos na passagem de janeiro para fevereiro, descendo a 100,0 pontos, informou nesta terça-feira, 26, a Fundação Getulio Vargas (FGV). Em médias móveis trimestrais, o indicador ainda avançou 0,1 ponto, a sexta alta consecutiva.

“Após um período de altas expressivas na confiança no final de 2018, os empresários do setor parecem calibrar as expectativas no início de 2019. O resultado exatamente em 100 pontos mostra que o setor ainda se encontra na região de transição para níveis mais elevados de confiança. Uma recuperação das vendas de maneira mais intensa ainda depende da melhora mais expressiva do mercado de trabalho e redução dos níveis de incerteza”, avaliou Rodolpho Tobler, coordenador da Sondagem do Comércio no Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Em fevereiro, houve piora na confiança em oito dos 13 segmentos pesquisados. O Índice de Situação Atual (ISA-COM) caiu 1,4 ponto, para 93,2 pontos, a segunda queda consecutiva. Já o Índice de Expectativas (IE-COM) recuou 6,1 pontos, para 106,8 pontos, após avanços nos quatro meses anteriores.

A Sondagem do Comércio traz ainda uma elevação no Indicador de Desconforto do Comércio, composto pela soma das queixas sobre demanda insuficiente, acesso ao crédito bancário e custo financeiro como limitações à melhoria dos negócios.

O aumento no Indicador de Desconforto em fevereiro ante janeiro, em médias móveis trimestrais, foi influenciado pela alta nas reclamações sobre a demanda insuficiente, que passou de 24,8% em janeiro para 27,1% em fevereiro; sobre o custo financeiro, ao subir de 16,6% para 17,8%; e pela estagnação do fator acesso ao crédito, que variou de 6,7% para 6,5% no mesmo período.

O resultado mostra que, depois de seis bons resultados consecutivos, os empresários ainda parecem estar cautelosos com a velocidade da recuperação das vendas em 2019, apontou a FGV.

A coleta de dados para a edição de fevereiro da Sondagem do Comércio foi realizada entre os dias 1º e 22 do mês e obteve informações de 851 empresas.

IFI: reforma é de extrema necessidade para superação da armadilha da desigualdade

26/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 25-02-2019)

O colegiado da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal afirma, em relatório preliminar divulgado nesta segunda-feira, 25, que a proposta de reforma da previdência do governo Jair Bolsonaro é de extrema necessidade para superação da armadilha da desigualdade de renda no País. O relatório do IFI explica aos senadores as 10 principais mudanças da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de reforma da Previdência.

Esse relatório é um primeiro de uma série de trabalhos sobre a reforma que a IFI vai divulgar nos próximos meses. A entidade vai também fazer os seus próprios cálculos do impacto fiscal de cada medida.

O governo estimou que a PEC garante uma economia de R\$ 1,1 trilhão em 10 anos.

A IFI vai fazer um banco de dados com informações sobre renda, demografia, aposentadorias, pensões e benefícios sociais. “A IFI entende que a reforma da previdência é de extrema necessidade, considerando tanto os objetivos de superação da chamada armadilha de renda média quanto da pobreza e da desigualdade no país.”

Segundo o relatório, a colaboração da IFI, portanto, se dará no sentido de apoiar e oferecer bons diagnósticos e cenários, a partir da proposta recém-apresentada.

Energia de Itaipu vai ficar mais barata, diz novo diretor-geral

26/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 25-02-2019)

General Joaquim Silva e Luna toma posse nesta terça-feira

A energia da hidrelétrica Itaipu pode e vai ficar mais barata para os consumidores, disse à Reuters nesta segunda-feira (25) o novo diretor-geral brasileiro da binacional, o general Joaquim Silva e Luna, que já iniciou conversas com o lado paraguaio para colocar seu plano em prática.

Silva e Luna, que toma posse na terça-feira, em solenidade que deve contar com a presença do presidente Jair Bolsonaro, disse que vai adotar duas frentes de negociação para diminuir o custo da energia de Itaipu, que responde por parcela significativa da geração de energia do país.

Em uma delas, com auxílio da chancelaria brasileira, está em análise uma redução do custo da energia excedente comprada do Paraguai.

Pelo acordo firmado entre os dois países, cada nação tem direito a 50% da energia gerada pela hidroelétrica, mas os paraguaios não usam toda a sua cota e vendem essa sobra ao Brasil.



O novo diretor-geral brasileiro da usina de Itaipu, o general Joaquim Silva e Luna - Pedro Ladeira/Folhapress

No entanto, durante o governo Lula, houve acordos que reajustaram o custo desse excedente, que favoreceram os paraguaios. O general estima que hoje o custo dessa energia excedente comprada pelo Brasil seja o triplo do que se pagava antes do acordo firmado por Lula.

"Não há dúvida que a energia vai ficar mais barata para os brasileiros, e o que se calcula agora é o quanto pode ser", disse Luna, ex-ministro da Defesa. "O acordo não foi ilegal, mas tem espaço para conversar", afirmou.

Além disso, a amortização da usina, construída na década de 70, termina em 2023. Atualmente, calcula-se que quase 70% do custo da energia de Itaipu embute o valor do financiamento adquirido no passado para erguer a binacional.

Com a quitação, abre-se espaço para uma redução de custo da energia e, conseqüentemente, um barateamento para os consumidores.

"Não dá para dizer que o preço da energia para o consumidor pode cair até 70%, porque há no horizonte outros compromissos e cálculos a serem feitos e custos", disse.

O general se referia à necessidade de modernização do sistema tecnológico da usina, de analógico para digital, além de outros compromissos como manutenção de centros de tecnologia e pagamento de royalties às cidades das cercanias da usina.

"A amortização gera um barateamento natural da energia e isso será bom para os brasileiros", afirmou o novo diretor de Itaipu. Itaipu é recordista mundial de geração de energia, com mais de 2,6 bilhões de megawatts-horas (MWh) acumulados desde o início de sua produção, em 1984.

Exportação de minério tem alta no mês apesar de paralisação das minas da Vale

26/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 25-02-2019)

País exportou 1,4 milhão de toneladas de minério de ferro por dia, diz

A média diária de exportações de minério de ferro do Brasil nas primeiras quatro semanas deste mês foi 7,8% maior em comparação com o registrado ao longo

de fevereiro de 2018, apesar das operações paradas em Minas Vale, segundo dados divulgados pelo governo nesta segunda-feira (25).

Os embarques ocorrem mesmo após a Vale, maior produtora global de minério de ferro, cortar operações em diversas minas em Minas Gerais, devido ao rompimento de uma de suas barragens na cidade de Brumadinho, há exatamente um mês.

Até a quarta semana de fevereiro, o que compreende 16 dias úteis, o país exportou 1,4 milhão de toneladas de minério de ferro por dia, totalizando 22,8 milhões de toneladas, informou a Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Há um ano, a média diária de embarques foi de 1,3 milhão de toneladas.

Em janeiro, contudo, o Brasil exportou mais, com aproximadamente 1,5 milhão de toneladas por dia, mostrou a Secex.

Os dados do governo apontam o preço médio de exportação ligeiramente maior em fevereiro ante o mês anterior. Até momento, a cotação média do mês está em US\$ 52,6 por tonelada, ante US\$ 51,4 em janeiro.

As paradas de produção da Vale estão associadas a medidas da companhia para descomissionamento de barragens ou decisões de autoridades suspendendo operações, como no caso de Brucutu, maior mina produtora da companhia em Minas Gerais, com capacidade de 30 milhões de toneladas por ano.

O colapso da Barragem 1 da mineradora, que atendia a mina Córrego do Feijão, liberou uma onda gigante de lama, que inundou área administrativa da própria empresa, além de atingir mata, rios e comunidades da região de Brumadinho. Até agora, a tragédia deixou 179 mortos e 131 desaparecidos, segundo a Defesa Civil de Minas Gerais.

A estrutura continha mais de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de beneficiamento de minério de ferro. Procurada, a Vale não fez comentários sobre os dados da Secex. A empresa disse anteriormente que buscará compensar parcialmente as paradas em Minas Gerais com a produção em outras unidades.

Os preços do minério de ferro chegaram a reagir fortemente após o desastre em Brumadinho, com o mercado temendo os desdobramentos da tragédia para a Vale. No início do mês a commodity chegou a superar US\$ 94/toneladas na China, maior valor desde fevereiro de 2017.

Analistas avaliam que a alta no preço poderia compensar as perdas em produção para a Vale.

Petrobras mantém preços da gasolina e do diesel nas refinarias nesta quarta

26/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 25-02-2019)

A Petrobras manteve sem alteração o preço médio do litro da gasolina A sem tributo nas refinarias, válido para esta quarta-feira, dia 27, em R\$ 1,6538. Além disso, a estatal manteve sem alteração o preço do diesel, em R\$ 2,1224, conforme tabela disponível no site da empresa.

Em dezembro, a Petrobras anunciou um mecanismo de proteção complementar em que ela pode alterar a frequência dos reajustes diários do preço do diesel no mercado interno em momento de elevada volatilidade, podendo mantê-lo estável por curtos períodos de tempo de até sete dias, "conciliando seus interesses empresariais com as demandas de seus clientes e agentes de mercado em geral". Já o hedge da gasolina,

que passou a ser adotado em setembro, permite a empresa manter os valores estáveis nas refinarias por até 15 dias.

Grupo Traton eleva receitas e lucro operacional 2018

26/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 25-02-2019)

MAN e Scania tem bons resultados e VWCO volta ao lucro após recessão no Brasil

O **Grupo Traton**, antigo Volkswagen Truck & Bus, divulgou na segunda-feira, 25, que sua receita e lucro subiram 6% e 13%, respectivamente em 2018, apontando bons resultados pelas três marcas: MAN, Scania e Volkswagen Caminhões e Ônibus. Em nota, a companhia informa que as vendas renderam faturamento de € 25,9 bilhões, enquanto o lucro (operacional ajustado) atingiu € 1,7 bilhão no período.

“O Traton tem apresentado um desempenho excepcional desde que foi estabelecido há três anos. Como um grupo de marcas fortes, criamos sucesso para nossos clientes e aproveitamos as sinergias. Estamos prontos para dar os próximos passos”, declarou o CEO e membro do conselho de administração do Grupo Volkswagen, Andreas Renschler.

A empresa informa que agora se concentrará em um novo sistema de relatórios financeiros, mudança que afeta as comparações com o ano anterior. Com isso, será dividida em dois segmentos: negócios industriais, que inclui as atividades operacionais das marcas de caminhões e ônibus, e serviços financeiros.

Em 2018, os negócios industriais geraram receita de € 25 bilhões, alta de 6,8% sobre o ano anterior, e lucro operacional ajustado de € 1,5 bi, incremento de 15%. Já os serviços financeiros renderam faturamento de € 760 milhões contra os € 721 milhões de um ano antes. O lucro operacional ajustado fechou em € 138 milhões, avanço de 24%.

A Scania foi a marca que mais deu lucro em 2018: o resultado (operacional ajustado) chegou a € 1,2 bilhão, 3% a mais do que em 2017, com faturamento de € 13 bilhões, alta de 4%. Segundo o Traton, o lucro operacional foi atenuado pelos custos adicionais associados à introdução da nova geração de caminhões na América Latina.

A MAN contribuiu com lucro 13% maior ao atingir os € 540 milhões. A receita fechou em € 10,8 bi, aumento de 8% no comparativo anual.

Por sua vez, a Volkswagen Caminhões e Ônibus (VWCO) voltou ao lucro após um ano fraco em 2017 no Brasil: a marca registrou ganhos pela primeira vez desde a crise econômica, para € 28 milhões, graças ao aumento de 22% da receita, que ficou em € 1,8 bi em 2018.

Grupo VW tem crescimento leve do lucro e do faturamento

26/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 25-02-2019)



O **Grupo VW** apurou resultados financeiros amenos em 2018 com crescimento leve do lucro e do faturamento, embora os ganhos sejam favoráveis. Em comunicado, a companhia informa que o lucro líquido aumentou 6% com relação ao ano anterior, para € 4,62 bilhões, enquanto o faturamento subiu 2,7% no comparativo anual, para

€ 235,8 bilhões. Com isso, o CEO do **Grupo Volkswagen**, Herbert Diess, alertou investidores sobre um ano difícil à frente:

“Os ventos contrários nos principais mercados devem se fortalecer ainda mais em 2019. No geral, teremos que redobrar nossos esforços para atingir nossas ambiciosas metas no novo ano fiscal”, disse Diess em comunicado que acompanha a divulgação do balanço financeiro.

O novo recorde das vendas globais em 10,8 milhões de veículos ajudou a manter o grupo em curso positivo, embora o volume tenha aumentado apenas 0,9% na comparação com 2017, incluindo os emplacamentos da divisão de veículos comerciais (Grupo Tranton: VWCO, MAN e Scania). Considerando apenas as vendas de automóveis (Volkswagen, Audi, Porsche, Skoda e Seat) os volumes somam 10,1 milhões, crescimento de 0,6%.

No comunicado, a VW reforça que os melhores volumes e o mix de produtos tiveram um impacto positivo no faturamento, embora tenha sido em parte prejudicado por efeitos cambiais. O lucro antes de impostos subiu para € 15,6 bilhões e a parcela do lucro operacional atribuível às joint ventures que mantém na China caíram 2%, para € 4,6 bilhões.

Os melhores resultados, considerando os índices de aumento das vendas, foram registrados na América Latina e Europa Oriental e Central, onde as entregas do grupo foram 13,1% e 7,1% maiores. Na América do Norte os emplacamentos caíram 2%, enquanto houve leve incremento de 0,9% na Ásia.

Os ganhos também foram impactados por itens especiais no balanço, como os custos relacionados com o dieselgate: em 2018, o grupo gastou € 2,4 bilhões com os acordos legais. Desde 2015, quando a fraude foi descoberta, o grupo computa gastos equivalentes a € 28,2 bilhões.

Contudo, a empresa comemora os € 19,4 bilhões em caixa (liquidez da divisão de automóveis, não inclui serviços financeiros).

Na nota, a Volkswagen diz que espera vendas com volume um pouco maior em 2019 com relação ao ano passado em torno dos 5%, o que ainda assim significaria um novo recorde.

Segundo a companhia, as entregas deste ano podem ser impactadas por diferentes cenários econômicos e pela crescente intensidade de competição nos vários mercados, além da volatilidade do câmbio e pelos requisitos mais rigorosos da WLTP (novo sistema de medição de emissões e consumo para homologação de veículos novos).

Produção brasileira de aço bruto tem alta de 2,3% em janeiro

26/02/2019 – Fonte: INDA (publicado em 25-02-2019)

Em janeiro de 2019, a produção de aço bruto foi de 2,9 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 2,3% frente ao mesmo mês de 2018. A produção de laminados foi de 1,8 milhão de toneladas, apresentando uma queda de 3,1% na mesma base de comparação.

A produção de semiacabados para vendas totalizou 729 mil toneladas, com queda de 9,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior, de acordo com comunicado do Instituto do Aço Brasil (IABr).

As vendas internas recuaram 3,7% frente a janeiro de 2018, atingindo 1,4 milhão de toneladas. O consumo aparente de produtos siderúrgicos foi de 1,5 milhão de

toneladas, o que representa um recuo de 5,6% frente ao apurado no mesmo mês do ano anterior— observa IABr.

As importações de janeiro de 2019 alcançaram 177 mil toneladas e US\$ 212 milhões, resultando em uma queda de 18,4% em quantum e de 12,0% em valor na comparação com janeiro de 2018.

Exportações — Quanto às exportações, a SECEX/MDIC mudou a metodologia de coleta dos dados do Portal Único de Comércio Exterior, o que poderá gerar alterações e revisões significativas nos resultados de janeiro, assim como ocorreu entre agosto e dezembro.

Até que o sistema esteja homologado, de forma a dar continuidade à tendência original dos dados, o Instituto Aço Brasil optou por não publicar, temporariamente, os indicadores de exportação— diz o IABr.